

FACTORES SOCIAIS E FACTORES EPISTEMOLÓGICOS NA EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA*

José A. Orta

Professor Coordenador – Escola Superior de Educação de Beja

Resumo

Neste artigo o autor tenta resumir o percurso da pré-história da sociologia, explicando a sua emergência pelos factores sociais (revolução industrial e revolução francesa) que engendraram a sua necessidade e pelos factores epistemológicos (estatística social, filosofias sociais, filosofia clássica alemã) que a tornaram possível.

Palavras chave: pré-história da sociologia, emergência da sociologia, factores sociais, factores epistemológicos.

Introdução

Atribui-se, quase inquestionavelmente, a "fundação" da sociologia a Auguste Comte - a quem se deve a invenção do termo, "esse nome bastardo começado em latim e acabado em grego" (segundo a expressão de P-J. Simon, s.d.: 7) - que o inventa para substituir a designação de física social (vol. IV do seu *Curso de Filosofia Positiva*), em voga nos finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Forja-se com este acontecimento a "carta de alforria" (Ferreira et al, 1995: XIII) desta nova ciência, que lhe permite gradualmente conquistar um estatuto entre as ciências *positivas* e, ao mesmo tempo, distanciar-se das várias Filosofias Sociais (Política, Histórica, Económica) que constituíram um dos seus alicerces fundamentais.

A. Comte é, inequivocamente, considerado um dos fundadores da sociologia, mas a paternidade que lhe é atribuída deve-se, sem qualquer desmérito para com os seus contributos teóricos, sobretudo à invenção do conceito. Outros pensadores do seu tempo e outros que o precederam (Montesquieu¹, Saint Simon² e Marx), sob muitos aspectos, não ficaram aquém dele - e foram por vezes mais fecundos - na construção de edifícios teóricos sobre os problemas sociais.

A construção de uma ciência é o resultado de uma pré-história, de um processo cumulativo, de produções dispersas, de interacções, de críticas cruzadas, de superações, de teorias convergentes e contraditórias, de avanços e recuos, enfim de maturação epistemológica. A isto não escapa "o desenvolvimento da sociologia", cujo devir "é

* Este texto constitui o fundamental da matéria da Lição Pública (que integra o conjunto de provas públicas) do concurso para Professor na Área das Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia), realizada em Maio de 1997 na Escola Superior de Educação de Beja, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 185/81.

sofrivelmente caótico processando-se por saltos sucessivos por ocasião das grandes crises políticas: Revolução Francesa, revoluções de 1848 na Europa, guerra franco-prussiana de 1870 e Comuna de Paris de 1871, guerra de 14-18, crise de 1929 e Segunda Guerra Mundial, crise dos anos 60" (Simon, s.d.: 12).

A revolução epistemológica³ realizada no decorrer do século XIX, que marca o ponto sem retorno na história da disciplina é o resultado de um processo global - no contexto da Revolução Industrial e da Revolução Francesa de 1789 - onde convergem as Filosofias Sociais, a Filosofia Clássica Alemã, os Trabalhos Etnográficos e de Estatística Social (em França e em Inglaterra), os Movimentos Sociais (revolucionários e conservadores), a Economia Clássica Inglesa, os contributos das ciências naturais (da Física e da Biologia).

Nesta ordem de ideias, e para avançarmos com alguns apontamentos sistematizados sobre a génese desta ciência social, sublinharemos os dois conjuntos de factores - funcionando em interacção, inseparáveis, conexos - sem os quais, assim o pensamos, nenhum conhecimento se torna socialmente possível⁴: os factores de natureza histórico-social (ou necessidade histórica, ou encomenda social) e os factores de natureza epistemológica (ou de maturação lógica) conducentes à sociologia.

A. Os Factores Sociais na Emergência da Sociologia: A Revolução Industrial e a Revolução Francesa

Para a maior parte dos pensadores contemporâneos é quase um truísmo afirmar que a Sociologia nasce das condições de vida geradas pela industrialização (F. Chatelet et al; Giddens, 1990: 16). Como sublinha P.-J. Simon "a Sociologia só aparece verdadeiramente, pela tomada de consciência da sua necessidade, no início do século XIX na Europa. Isto quer dizer que o nascimento da Sociologia está ligado e até directamente relacionado com essas duas formidáveis sublevações que foram a Revolução Industrial (na qual a Inglaterra foi pioneira) e a Revolução Francesa (que prolonga e amplifica a Revolução Americana). Estas duas revoluções - uma tecno-económica, nas condições de produção e reprodução da vida material, a outra política, nas condições de produção e reprodução da vida social- abalaram mesmo nas suas bases mais sólidas a ordem então estabelecida e geraram uma profunda crise intelectual"(Simon, s.d.: 28).

Trata-se obviamente da ordem feudal, senhorial, e da ordem da Igreja Católica que com o seu discurso a legitima, que atravessa a Europa neste longo período que designamos por Idade Média.

Os contactos generalizados com outras civilizações através das viagens mercantilistas que nos fazem descobrir a alteridade do Eu e do Outro, a necessidade de livre concorrência, de produção e de circulação conducentes à acumulação de capital e à consolidação da burguesia, não se podem enquadrar no contexto de uma cosmovisão fixista do Universo e do mundo social em particular, moldado à imagem de arquétipos celestes, onde as classes e as estruturas sociais são imutáveis, onde o tempo é cíclico como nos mitos do eterno retorno. De facto, na Idade Média, a ordem da sociedade aparece como uma "ordem natural" determinada de uma vez por todas, expressa no mito cosmogónico Bíblico e desenvolvida por pensadores de onde sobressai Santo Agostinho, que na *Cidade de Deus* (Abbagnano, 1984, vol. II: 195-198), constituída como arquétipo, legitima a imutabilidade da cosmovisão feudal.

A ruptura com o mundo feudal é global, profunda e complexa e prolonga-se por alguns séculos. O processo é multidimensional, evoluindo do Mercantilismo para o Liberalismo, da Manufatura para a Revolução Industrial, do Renascimento para o Iluminismo, das Ciências da Natureza até às Ciências Sociais.

O liberalismo é a filosofia económica que liberta a circulação mercantil das restrições proteccionistas preconizando a livre iniciativa e a livre concorrência. Com ele intensificam-se os empréstimos a juros que substituem o pecado de usura, e, por este processo, reforça-se o capital financeiro. O desenvolvimento das técnicas e das máquinas liberta o homem do constrangimento dos seus ritmos naturais permitindo mecanizar a produção e, com ela, aumentar a produtividade do trabalho para níveis sem precedentes. O iluminismo procura encontrar as leis que regem o funcionamento social, a dinâmica da evolução, para arguir contra a miséria humana e argumentar em favor do regime político que melhor garanta a felicidade do homem. No mundo das ideias, da cosmovisão emergente, a ciência dá os primeiros passos decisivos: com ela, o teocentrismo dá lugar ao antropocentrismo, o geocentrismo ao heliocentrismo, o tempo cíclico ao tempo linear que permite introduzir a noção de evolução, de progresso, de História.

Neste processo de cognição e de representação do real, a meditação filosófica cede gradualmente o lugar ao pensamento empírico e racional. O mundo da qualidade cede lugar ao mundo da quantidade, só o observável e o mensurável (*res extensa*) constituem matéria para o estabelecimento de leis, nas quais se expressam regularidades próprias da natureza intrínseca dos fenómenos.

Mas a ciência não configura apenas a cosmovisão emergente. Ela transforma-se em força produtiva, em instrumento de desenvolvimento económico: com os estudos de astronomia e de cartografia tornava-se mais fácil circular e navegar; com a balística de Galileu, os canhões e os fuzis garantiam uma maior eficácia na circulação mercantil; o relógio pendular permitia um controlo preciso dos ritmos de produção. A máquina de fiar, a lançadeira volante, a bomba a vapor para drenagem de minas, a debulhadora, o barco de ferro, o tear mecânico, são nomes de um desfiar em espiral de engrenagens da revolução industrial. Enfim, a máquina a vapor, de múltiplas aplicações, que é o grande motor no duplo sentido: de máquina e de força propulsora- da revolução industrial.

As raízes da sociologia não podem dissociar-se das "mutações políticas, bem como económicas e culturais, [que] fizeram da Europa ocidental dos finais do século XVIII e da primeira metade do século XIX um invulgar sucesso, qualquer que seja a perspectiva. A Revolução Industrial, a urbanização, a alteração dos padrões demográficos, a alfabetização em massa, os progressos científicos, a efervescência intelectual de todos os pontos de vista, os direitos civis e políticos, permitiram que esses países [a França e a Inglaterra] exercessem um ascendente quase incontestado (...) não só no conjunto da Europa, mas em toda a Orbe", sublinham Ferreira *et al* (1995: 69), para mais à frente concluírem que a industrialização "conseguiu uma dominação efectiva dos espaços, um controlo dos homens e das coisas, que só o aço e o vapor, os canhões e o caminho de ferro puderam permitir" (1995: 70).

No que diz respeito à alteração dos padrões demográficos estreitamente relacionados com a urbanização industrial, assiste-se a um rápido crescimento das cidades, onde se concentram centenas de milhares de migrantes que abandonaram os campos procurando

fugir ao poder senhorial, mas onde as expectativas nem sempre encontram mais do que miséria e desemprego. As jornadas de 15 e 16 horas diárias, para homens, mulheres e crianças, que se acumulam ao cansaço de longas caminhadas de várias horas entre o local de residência e o de trabalho, somadas aos magros salários possíveis pelos contingentes de desempregados, estavam longe de aproximar os trabalhadores da igualdade de direitos consagrada pelas constituições dos países industrializados. Para sublinharmos um exemplo, entre os inúmeros que poderíamos apontar, seguimos Sedas Nunes que nos dá conta que "mais de um terço da classe operária das cidades vivia, em França, na indigência e era formada por indivíduos subalimentados, fatigados, esfarrapados e sujos" (Sedas Nunes, 1992: 252)⁵. Neste contexto, podemos compreender a confusão espiritual, e com a ela a angústia existencial dos milhares de novos trabalhadores urbanos desenraizados dos seus quadros de vida e das legitimações que dão sentido ao quotidiano⁶.

É necessário ainda acrescentar a todos estes problemas sociais que acompanham a revolução industrial: a instabilidade política das classes dominantes que não conseguem em França consolidar o poder, dado que "as divisões sociais e políticas que a Revolução tornou patentes não foram abolidas em 1789, mas antes agravadas" e que "só depois de 1870 é que sobreveio em França o primeiro regime que se conseguiu aguentar no poder mais de duas décadas" (Giddens, 1990: 17).

Neste contexto global de uma sociedade em crise, em procura de um modelo social, que não compreende as suas contradições, que reforça os antagonismos sem fortalecer o poder, com lutas permanentes entre a classe dominante, incapaz de encontrar uma solução para afirmar a sua hegemonia e a sua identidade. Podemos, assim, compreender os esforços dos pensadores sociais, dos filósofos sociais, para encontrar um mecanismo teórico *positivista* capaz de estabelecer as leis de evolução e de funcionamento das estruturas sociais, em condições, por isso, para intervir na organização e no destino dos homens. É, pois, nesta conjuntura económica, política, social e cultural, que devemos encontrar o sentido da necessidade histórica que faz germinar a Sociologia.

B. Os Factores Epistemológicos: Maturação Lógica e Alicerces Teóricos da Sociologia

Já atrás referimos quais os ingredientes teóricos que conduziram à emergência da sociologia: Filosofias Sociais, Trabalhos Etnográficos e de Estatística Social, Economia Clássica, desenvolvimento das Ciências Naturais, Filosofia Clássica Alemã.

Na reconstrução da pré-história desta ciência, poderíamos recuar até onde quiséssemos, já que desde sempre - e não temos razão para supor o contrário - o homem se questionou sobre a sua existência social. O mito nas sociedades arcaicas é, aliás, o exemplo fecundo desta afirmação.

No pensamento clássico grego, já encontramos problemáticas essenciais relativas à natureza humana e às sociedades, que continuamos a colocar actualmente. Os contactos com Medos, Egípcios, Persas, estimulam autores como Heródoto (séc. V a. C.) e Tucídides (séc. V a. C.) a estudar de forma comparativa (no primeiro) e evolutiva (no segundo) tradições, leis, costumes, instituições.

Platão (429-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.) reflectem de forma sistemática sobre a lógica do funcionamento da sociedade, tendo como pano de fundo, como em todos os pensadores gregos, a procura do regime político que proporcione a maior felicidade aos homens (livres, é claro!). O primeiro, mais metafísico do que o segundo, define o que julga ser a cidade ideal em *A República* e *As Leis*. Esboça aí alguns princípios que devem orientar as relações entre demografia, clima, território, exército, etc. Mas é em Aristóteles que vamos encontrar um pensamento social mais rigoroso e empírico: "em *Ética a Nicómano*, *A Política* e *A Constituição da Cidade de Atenas* (única da série de descrições de cento e cinquenta e oito cidades gregas e estrangeira que se conservou), foi levado, no que respeita ao homem (zōon politicon), a estudar as condutas efectivas, tanto individuais como colectivas" (Gurvitch, 1977: 52). Segundo Gurvitch, "Aristóteles distingue (...) várias espécies de agrupamentos: a família conjugal e doméstica - que é também uma empresa económica -, as aldeias, as cidades, as associações voluntárias e, por fim, o Estado, que é identificado com o conjunto da sociedade" (*ibid.*:52-53). O grande pensador grego, dando importância aos mesmos factores que atrás apontámos no pensamento de Platão, mas seguindo, contudo, uma orientação teórica e metodológica mais próxima daquilo que viriam a ser as ciências sociais, sublinhou ainda, e particularmente, a importância da relação entre as diferentes soluções económicas e soluções políticas das sociedades que estudou.

É frequente, entre os historiadores da ciência, evocar-se a antiguidade clássica grega, onde a filosofia experimenta as primeiras explicações laicas da sociedade. Mas não é aqui que encontramos a especificidade fundadora da Sociologia, porque este é, afinal, o percurso que se pode fazer para qualquer ciência. Já dissemos anteriormente que o nascimento da Sociologia se inscreve na lógica da revolução industrial e da nova ordem social que a ela está associada. O ponto de partida temo-lo com Descartes na filosofia, com Copérnico e sobretudo com Galileu na ciência, estes últimos conduzindo o pensamento racional à experimentação, à quantificação e à manipulação da realidade.

Segundo Ferreira *et al* (1995) "é com Maquiavel [1469-1527] que podemos situar a génese real de uma laicização do pensamento sobre o social", precursora do pensamento sociológico. Em *O Príncipe* faz um retrato da Itália do seu tempo, partindo da observação, fazendo prevalecer o factual sobre o pensamento metafísico e moral. O essencial do pensamento de Maquiavel consiste na caracterização dos aspectos "concretos da realidade política, como sejam os factores que levam a que um Estado seja forte ou fraco", dos "elementos que condicionam ou fomentam a liberdade" e principalmente dos factores que possibilitam manter o poder e as formas como ele é exercido. O conhecimento das leis permite a gestão racional do governo, adaptando meios e fins, o que pode justificar até o uso da violência. A esta racionalidade não escapa o príncipe - menos soberano e mais símbolo da unidade política - que vê submetido o seu poder ao interesse colectivo.

Este pensador, cujas reflexões se aproximam das dos Iluministas, antecipou-se a eles dois séculos aproximadamente.

A possibilidade da lógica de Maquiavel explica-se pelo contexto de uma Península Itálica formada por cidades-estado, ricas e independentes - que situadas na encruzilhada das grandes rotas comerciais do mediterrâneo, viviam um desenvolvimento intenso das manufacturas, dos bancos e do comércio.

Com as grandes descobertas da América e do Caminho Marítimo para a Índia, as rotas comerciais desviam-se para a península Ibérica e para os países do norte da Europa. São estes últimos que mais vão, a termo, beneficiar com a expansão mercantil e colonial. O eixo do desenvolvimento económico desloca-se gradualmente para Norte, donde se destacam em primeiro lugar a Inglaterra, depois a França e finalmente a Alemanha.

A Revolução Industrial em Inglaterra precede largamente as do resto da Europa. "O desenvolvimento [deste país] do fim do século XVIII - assinala Giddens - ultrapassou de longe o dos outros países; no decurso deste período [que começa no século anterior] foram introduzidas na manufatura do algodão uma série de inovações tecnológicas de grande alcance, que modificaram radicalmente a organização da produção, dando origem à divulgação rápida da mecanização e da produção fabril" (Giddens, 1990: 16). Por outro lado, a burguesia implantara-se, desde cedo, nos campos, destruindo gradualmente a ordem senhorial e conquistara, durante este processo, uma posição privilegiada no poder de Estado, fazendo da Inglaterra o primeiro país a orientar-se por um regime democrático. Em França a história desenrolou-se de forma bem diferente. As contradições entre a ordem feudal e a ordem industrial foram irreduzíveis, o que atrasou a industrialização deste país e o conduziu à Revolução de 1789. Só a partir daqui a nova ordem económica encontra terreno favorável para o seu desenvolvimento. Por outro lado, a Alemanha ficou-se pela posição mais atrasada de entre os três países que se situaram na dianteira da Revolução Industrial. "Esse país não constituía ainda, no início do século XIX, uma nação, no sentido moderno do termo, compondo-se antes de um agregado pouco coeso de estados soberanos" (*ibid.*: 17), que só mais tarde com Bismarck foram unificados sob a dominação da Prússia.

Os diferentes percursos históricos destes países explicam, em certa medida, os percursos intelectuais diferenciados que os caracterizaram. Assim a Estatística Social - a par da formação da Economia - desenvolve-se em primeiro lugar em Inglaterra desde os finais do século XVIII; as Filosofias Sociais dos Iluministas, em França, donde nasce o positivismo social (a Fisiologia Social e Física Social donde emerge directamente a Sociologia); enquanto a Alemanha se continuava a debater com reflexões filosóficas.

A Estatística Social

A burguesia em Inglaterra não necessitou de realizar uma revolução política e social, tal como aconteceu em França, porque se apropriou gradualmente do poder. Os traumatismos sociais da procura de identidade foram menos intensos do que neste último país. Com uma hegemonia económica implantada e com o controlo do poder político, dispensou Filosofias Políticas e Sociais⁷. Levou mais longe o desenvolvimento das Ciências Naturais (a Física e a Química em estreita relação com o desenvolvimento industrial e mais tarde a Biologia). Fundou a Economia que estabelece os mecanismos de funcionamento do mercado, da produção e da circulação. Adam Smith (1723-1790) (*A Riqueza das Nações; Teoria dos Sentimentos Morais*) lança as bases desta ciência: estabelece os fundamentos teóricos da livre concorrência e da economia de mercado; sublinha a importância da divisão do trabalho para a criação de mais riqueza social; defende a importância do papel da concorrência para a criação desta riqueza; sublinha o papel da mecanização no aprofundamento da divisão social do trabalho e consequentemente no crescimento da riqueza; adopta uma postura moral (corrente «optimista») sobre o jogo da livre concorrência no funcionamento do mercado (Ayala, pp. 64-65). Ricardo (1772-1823) (enquadrando-se na

corrente dos «pessimistas»⁸⁾ prossegue este trabalho estabelecendo a teoria da mais valia, onde estabelece relações entre renda, juros, lucros e salários.

É em Inglaterra também que surgem os primeiros inquéritos sociais. Tenta-se aplicar os métodos quantitativos, próprios das Ciências Naturais, ao estudo do social, procurando nas médias estatísticas, as regularidades sociais, os ideais-tipo, as leis do funcionamento da sociedade. A realização destes inquéritos teve, segundo Bottomore, dois tipos de motivação: "uma foi a crescente convicção de que os métodos das Ciências Naturais deviam e podiam ser estendidos ao estudo das questões humanas, que os fenómenos podiam ser classificados e medidos. A outra foi a preocupação com a pobreza (o "problema social") (...) resultado da ignorância e da exploração humanas" (Bottomore, 1983: 19). No continente só mais tarde aparecem trabalhos desta natureza, com as tentativas de Condorcet e Quételet para estabelecer uma «matemática social», no caso do primeiro, e uma «física social», no caso do segundo (*ibid.*: 17-19).

Os propósitos destes inquéritos, sobre a pobreza e outros problemas humanos, realizaram-se para diagnosticar problemas para levar em diante reformas sociais. Seguindo outro percurso teórico e metodológico, são estas também as preocupações expressas nas Filosofias Sociais.

[Primeiros trabalhos sobre inquéritos sociais: *Statistical Account of Scotland* (21 vols., 1791-9) de Sir John Sinclair e *The State of the Poor* de Sir F. M. Eden (3 vols., 1797)]

As Filosofias Sociais

O desenvolvimento destas Filosofias - que em França encontra terreno propício - enquadra-se no movimento global do Iluminismo. Têm, elas também, um duplo propósito: formular uma inteligibilidade social e desempenhar uma função reformadora. Entre os Filósofos Sociais, destacamos dois particularmente, pela fecundidade do seu pensamento e pelas linhas de orientação que fazem deles os principais precursores da sociologia: Montesquieu e Saint-Simon.

Montesquieu (1689-1755)

Reportemo-nos ao resumo que Gurvitch (1997: 54) nos dá do pensamento de Montesquieu. Assim, este precursor da Sociologia "propôs-se: a) procurar sob a capa das leis estabelecidas pelo legislador «os costumes e modos [que] são instituições da nação em geral» (...); b) estabelecer «leis» -«relações necessárias que derivam da natureza das coisas»- que explicariam a génese, não apenas dos diferentes governos, regulamentações jurídicas e costumes, mas também dos tipos de sociedades, do seu espírito geral e dos princípios (significações) que as inspiram; c) mostrar que estas «leis», dependentes de uma multiplicidade de factores variáveis, estão limitadas a situações particulares e não representam mais do que regularidades tendências, e que constante é apenas a tendência de todas as instituições, regimes e poderes, como de todos os homens, a falharem e a preverterem-se". Gurvitch prossegue citando Montesquieu: "várias coisas governam os homens: o clima, a religião, as leis, as normas de governo, os exemplos das coisas passadas, os costumes, e de tudo isso, como seu resultado, se forma o espírito geral" (*ibid.*).

Raymond Aron, convergindo para a análise de Gurvitch, assinala dois princípios fundamentais que atravessam a obra de Montesquieu. O primeiro "consiste em afirmar que para além do caos dos acidentes, se descobrem causas profundas, que dão conta da aparente irracionalidade dos acontecimentos" (Aron, 1991: 32). O segundo traduz-se pela possibilidade de "organizar a diversidade dos costumes, dos hábitos e das ideias no interior de um pequeno número de tipos" (*ibid.*: 33).

Tanto Gurvitch como Aron sublinham traços da obra deste precursor da sociologia, que a inscrevem no contexto da produção científica. Talvez Montesquieu não tenha sido sociólogo, porque no seu tempo o termo ainda não existisse e ainda porque existem nas suas obras limitações metodológicas que prejudicam a clareza e a sistematização (Ferreira et al, 1995: 49).

Saint-Simon (1760-1825)

Saint-Simon tinha retirado dos enciclopedistas a preocupação de coroar o edifício das ciências com uma teoria positiva da sociedade, que ele designará por "ciência do homem" ou "ciência das sociedades", mas com mais precisão por "fisiologia social" (Simon, s.d.: 184). A sociedade, que ele designa como "uma enorme oficina", "chamada a dominar, não os indivíduos, mas a natureza" (Gurvitch, 1977: 57), é composta por uma vida económica, uma vida moral e uma vida intelectual, em estreita correlação, constituindo aspectos de uma actividade total colectiva. A estrutura social, a produção económica, o regime de propriedade, o regime político, as ideias intelectuais e morais e os conflitos que lhe são próprios, existem em estreita correspondência.

A propósito da natureza do Estado, Saint-Simon defende que "a forma do governo é apenas a forma e a constituição da propriedade é o fundo; portanto esta constituição é que é a base do edifício social"(citado por Gurvitch, 1977: 57). Mas não se queira ver no seu pensamento um determinismo económico simples porque "todo o regime social - sublinha ele - é a aplicação de uma sistema filosófico e, por consequência, é impossível instituir um novo regime sem ter previamente estabelecido um novo sistema filosófico, ao qual deve corresponder" (*ibid.*: 57-58).

No que diz respeito às classes sociais, caracteriza duas grandes classes, a dos ociosos e a dos produtores. Os ociosos correspondem ao topo da pirâmide social do antigo regime, os proprietários fundiários absentistas, que vivem de rendas e não dão qualquer tipo de contributo para a riqueza social. A classe dos produtores inclui todos os grupos sociais típicos da sociedade industrial, agrupando nesta categoria artesãos, camponeses, artistas, intelectuais, proprietários industriais e operários, e sublinha a utilidade da divisão social do trabalho que contribui para o bem comum.

Se as teorias de Saint-Simon expressam um diagnóstico da sociedade do seu tempo, ele não deixa de reflectir sobre o devir, sobre a história da humanidade, parecendo antecipar a dinâmica social de Comte com a sua "Lei dos Três Estados". Também para ele há uma evolução que vai do Estado da classe militar, passando pelo Estado da classe dos legistas e metafísicos, até ao Estado dos Burgueses. Em todo o caso, o Estado é sempre composto pelas classes ociosas, que ele considera supérfluas, e por isso a racionalidade histórica,

comandada pela racionalidade científica, conduz inevitavelmente à abolição do Estado. Em consequência, o cientista social tem de ser um activista social.

Procurando aplicar o método positivo das ciências da natureza preconiza que "para acelerar os progressos da ciência, o maior, o mais nobre dos meios é pôr o universo em experiência; ora, - prossegue ele - não é o grande mundo mas sim o pequeno mundo, ou seja, o homem, que nós podemos pôr à experiência. Uma das experiências mais importantes a fazer acerca do homem consiste em situá-lo em novas relações sociais"; e a experiência só pode ser avaliada "a partir das observações dos resultados" (Cuin & Gresle, 1995: 23). Este programa que propõe a si próprio para atingir o conhecimento social é, ao mesmo tempo, um programa de acção social, um programa reformador, que é um traço comum a todos os fundadores da sociologia. Em Saint-Simon, a acção reformadora deve conduzir ao socialismo, "a administração das coisas substituirá o governo das coisas" (Simon, s.d.: 189), os ociosos devem desaparecer e com eles o Estado. A sociedade será então uma harmonia de interesses onde se conjugam todos os produtores, proprietários e não proprietários.

Em França, sobretudo desde a Revolução de 1789, ainda devemos assinalar a existência de lutas políticas permanentes, de revoluções e contrarrevoluções, que traduzem o antagonismo entre a antiga e a nova ordem, e mais tarde entre facções da burguesia, pela definição de um regime político que sirva os interesses globais desta classe. A par destes conflitos entre as classes sociais dominantes, desabrocham por toda a parte as lutas sociais contra a miséria, nomeadamente as que são inspiradas pelos primeiros socialistas que Marx veio mais tarde a designar por utópicos: Saint-Simon, Fourier e Proudhon, para lembrar apenas os mais importantes. Também elas contribuíram para a emergência da sociologia que está intimamente relacionada, como já sublinhámos anteriormente, a este movimento, não só do ponto de vista prático da acção social como também do ponto de vista lógico, porque os pioneiros do socialismo foram também produtores de teorias sociais.

A Filosofia Clássica Alemã

Entre os representantes desta Filosofia destacamos dois deles, Hegel e Feuerbach, cuja influência é decisiva no pensamento de uma das correntes que marca a sociologia desde o seu nascimento: o materialismo histórico.

Bernal sintetiza assim o percurso intelectual deste país: "a Alemanha não tinha ainda participado da Revolução Industrial e, com as guerras napoleónicas, tinha caído sob a influência do pensamento dos liberais franceses. Daí resultava a possibilidade de na Alemanha se pensar em termos abstractos sobre problemas sociais, sem se ser incomodado por uma comparação demasiado directa com a prática". Por isso, prossegue o mesmo autor, "na Alemanha as ciências sociais e as ciências da natureza combinavam-se numa grande *Naturphilosophie*" (Bernal, 1977: 1102).

Com Hegel desenvolve-se uma filosofia da história, onde a história é a materialização do devir da Ideia, do desenvolvimento e da materialização do Espírito Universal no tempo, onde cada etapa cronológica corresponde a uma etapa do Espírito. A história é por isso razão, é o devir dialéctico do saber absoluto que antecipa e se projecta nas sociedades humanas. A dialéctica hegeliana, mostra-nos a história como um movimento contínuo, em que cada etapa supera a anterior, opondo-se-lhe, mas integrando-a ao mesmo

tempo numa "síntese de contrários". Esta razão que governa o mundo é uma razão inconsciente formada por uma totalidade de leis à qual se circunscreve e que depende do movimento histórico. Hegel vê o Estado como o resultado de contradições sociais expressas pelas diferenças entre a riqueza e a pobreza, mas subordinado a uma hierarquia ontológica superior, que é a ideia do Estado. A história é para ele também o progresso da liberdade.

O mais importante desta filosofia da história reside na dialéctica, na evolução que se processa a partir da luta de contrários que se superam numa síntese que se lhes opõe e os integra.

Em Feuerbach, discípulo de Hegel, vamos encontrar uma visão do mundo que o distancia radicalmente do seu mestre. "Ao idealismo de Hegel, opõe (...) um estrito materialismo: só há matéria. Desde logo, Deus não existe, é «um fantasma», uma imaginação do Homem". "A grande viragem da história - afirmou Feuerbach - será o momento em que o homem tomar consciência de que o único Deus do Homem é o próprio Homem" (Sedas Nunes, 1992: 305). O homem dominado pela religião é o homem alienado, mas Feuerbach acredita na "viragem da História" através da qual o homem se reencontra consigo próprio, quando deixar de "acreditar em Deus para acreditar plenamente em si mesmo e agir de acordo com a plenitude da sua «própria essência»" (*ibid.*: 306).

O movimento da história desloca-se assim do espírito para matéria. A dialéctica com Feuerbach é agora uma dialéctica materialista.

C. Os Primeiros Sociólogos

Dois edifícios teóricos, profundamente divergentes, marcam as origens da Sociologia nos meados do século XIX: o positivismo de Comte, precursor do funcionalismo sociológico, e o materialismo histórico de Marx. Estas duas teorias acompanharam até hoje a história da disciplina e das outras ciências sociais. Uma e outra receberam contributos, mas a sua irredutibilidade mantém-se. Se pudéssemos resumir a importância dos seus contributos até aos dias de hoje, poderíamos afirmar que elas constituem os polos teóricos das ciências sociais, entre os quais se situam todas as contribuições ulteriores, ora mais marcadas por uma, ora mais marcadas por outra.

Em Comte, discípulo e secretário de Saint-Simon, vemos convergir as Filosofias Sociais, os inquéritos e as estatísticas sociais e as influências das Ciências Naturais. Da Física Social e da Fisiologia Social emerge o conceito de Sociologia, cujo projecto é o estudo positivo do conjunto de leis que regem o funcionamento da sociedade. Este pensador divide a Sociologia em Estática Social e Dinâmica Social, analogias que retira da Física, e compara o funcionamento da sociedade ao funcionamento do organismo onde as partes são harmonicamente interdependentes. Eis algumas características do pensamento de Comte: os fenómenos só podem ser compreendidos dentro do seu contexto social; na evolução histórica existe uma correspondência entre conhecimentos e a organização social; como a natureza do homem é a mesma em toda a parte e em todos os tempos a evolução social é, por isso, linear.

Esta evolução, ou Dinâmica Social, é traduzida pela Lei dos Três Estados: 1º o Estado Teológico, caracterizado por uma interpretação religiosa ou fictícia do mundo, que corresponderia à sociedade militar; 2º o Estado Metafísico caracterizado pelo conhecimento

abstracto e filosófico, que corresponderia à sociedade dos legistas; 3º o Estado Positivo caracterizado pelo conhecimento positivo, isto é, científico, que corresponderia à sociedade industrial (Cruz, 1995).

A desordem da sociedade industrial desaparecerá com a contribuição da sociologia, que se tornará responsável pela organização racional da sociedade: os sociólogos substituir-se-ão aos políticos nesta tarefa, porque só eles estão em condições de exercer o poder racionalmente. A função da sociologia é a de fomentar "a coesão social", através do desempenho do poder de Estado que funciona como órgão de solidariedade social, como instrumento da ordem pública, sendo um imperativo moral obedecer-lhe. Esta Estática Social sublinha a necessidade de assegurar o "consenso universal" entre todos os grupos que fazem parte do sistema social.

Vemos que a sociologia de Comte se afirma como uma teoria da ordem, do consenso, da solidariedade entre as diferentes classes sociais, e que o Estado é o símbolo e o instrumento dessa coesão. Estes são alguns dos traços que marcarão doravante as várias cambiantes do funcionalismo.

Quanto ao pensamento de Marx, nele vemos convergir a Filosofia Alemã (desenvolvendo a dialéctica materialista), a Economia Inglesa, a Teoria da Evolução e o Socialismo francês. A Sociologia de Marx é ao mesmo tempo uma Sociologia da História e uma Sociologia Económica. Ao contrário de Comte que faz a apologia do consenso e da defesa do Estado, Marx defende que a História é o resultado da luta de classes e que o Estado é um instrumento de dominação das classes privilegiadas. É justamente a natureza irreconciliável das diferentes classes que justifica a origem histórica do Estado. Por isso, as lutas hão-de continuar até à abolição das classes sociais e, sem elas, o Estado, supérfluo, desaparece. As lutas e as contradições caracterizam a natureza da sociedade, fazem parte da sua própria estrutura. A teoria de Marx e daqueles que lhe fizeram desenvolvimentos ulteriores é uma teoria do conflito, perspectiva antípoda do funcionalismo.

A melhor síntese do materialismo histórico encontramos-la no prefácio que Marx redige na *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. "Na conclusão geral a que cheguei - sublinha ele - e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. (...) O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência". Mais adiante explicita o motor das transformações sociais: "Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social" (Marx, 1977: 28-29).

A Sociologia de Marx pretende ser, também, um instrumento de mudança social. Ele próprio sublinha nas teses sobre Feuerbach que os filósofos, até ao seu tempo, apenas se limitavam a interpretar o mundo e que, doravante, era necessário transformá-lo. A sua teoria é, pois, uma teoria da acção, não uma acção reformadora para consolidar a sociedade do seu tempo, mas uma acção revolucionária para transformar os seus alicerces mais profundos.

Comte e Marx foram contemporâneos, viveram na sociedade que caracterizámos na primeira parte destes apontamentos. As suas histórias de vida, as influências que sofreram e que procuraram foram diferentes. As sociedades que idealizaram foram por isso, também elas, diferentes.

Os problemas que levantaram – que aflorámos apenas brevemente - continuam a marcar as ciências sociais do presente, fragmentadas entre diferentes paradigmas. Porque, dada a natureza do seu objecto, as teorias sociais não puderam ainda libertar-se da sua natureza simbiótica científico-ideológica, para utilizarmos a expressão de Sedas Nunes. É "a excessiva grande auto-implicação do sociólogo na sociedade e da sociedade no sociólogo" que "gera a impossibilidade do consenso na verificação ou na refutação" das teorias (Morin, s.d.: 26).

Notas

1. Raymond Aron (*As Etapas do Pensamento Sociológico*, p. 31) chega mesmo a afirmar que "se o sociólogo se define por uma intenção específica, conhecer cientificamente o social enquanto tal, Montesquieu é então (...) tão sociológico como Auguste Comte. A interpretação da sociologia - prossegue Aron -, implícita em *O Espírito das Leis*, é, com efeito, mais 'moderna' sob certos aspectos do que a de Auguste Comte".
2. Georges Gurvitch (*Tratado de Sociologia*, p. 57), na mesma ordem do que foi dito em relação a Montesquieu, sublinha que "o facto de Saint-Simon (1760-1825), de preferência a Comte, ser o pai espiritual da sociologia foi claramente demonstrado por Durkheim, apesar das afinidades pessoais o aproximarem mais deste último"
3. Aproximamo-nos do pensamento de J. Barradas de Carvalho em *Da História Crónica à História Ciência* (1991: 15), quando explicita que "todas as ciências passaram, num dado momento da sua história, por uma grande revolução epistemológica: a que as faz saltar do conhecimento sensível ao conhecimento inteligível".
4. Não se pode excluir que surjam descobertas/invenções fora do seu tempo. O que acontece é que ficam condenadas à prateleira da história da ciência. Elas só se tornam sociais quando se tornam socialmente úteis.
5. Em nota de rodapé, Sedas Nunes, citando Achile Pénot, no seu "Discours sur quelques recherches de statistique comparée faites sur Mulhouse", nota que, nesta cidade, "a média geral da duração da vida humana baixara, nas classes operárias, de 25 para 21 anos".

6. É esta desorientação e a miséria no quadro da nova ordem, que, na primeira fase da industrialização, conduz os operários - na ignorância da responsabilidade da sua triste existência- a formas de lutas desesperadas contras as máquinas, chegando a destruir fábricas inteiras.
7. P. Anderson (1984). *Linhagens do Estado Asolutista*. Lisboa: Afrontamento.
8. Malthus, também um «pessimista», defende que ao crescimento populacional acelerado resultante da revolução industrial não corresponde um igual crescimento dos recursos, que tendem a esgotar-se.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola (1984-85). *História da Filosofia* (14 vols). Lisboa: Presença.
- ANDERSON, P. (1984). *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento.
- ARON, Raymond (1991). *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Lisboa: Dom Quixote.
- BERNAL, J. D. (1977). *Ciência na História* (6.º vol.). Lisboa: Livros Horizonte.
- BOTTOMORE, T. B. (1983). *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOUDON, Raymond (1995). *Tratado de Sociologia*. Lisboa: ASA.
- CARRILHO, Manuel M. (1984). *A Filosofia das Ciências - De Bacon a Feyerabend*. Lisboa: Presença.
- CARVALHO, J. Barradas de (1991). *Da História Crónica à História Ciência*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CHATELET, François (1976). *O Pensamento de Hegel*. Lisboa: Presença.
- CHATELET, François (1977). *A Filosofia das Ciências Sociais*. Lisboa: Dom Quixote.
- COLLINGWOOD, R. G. (1981). *Ciência e Filosofia*. Lisboa: Presença.
- COLLINGWOOD, R. G. (1989). *A Ideia de História*. Lisboa: Presença.
- CRUZ, M. Braga da (1995). *Teorias Sociológicas - Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Gulbenkian.
- CUIN, Charles-Henri & GRESLE, François (1995). *História da Sociologia*. Lisboa: Dom Quixote.
- DUCASSE, Pierre (s.d.). *História das Técnicas*. Lisboa: Europa-América.
- DURAND, J-Pierre & WEIL, Robert (1997). *Sociologie Contemporaine*. Paris: Vigot.

- FERREIRA, J. M. Carvalho et al (1995). *Sociologia*. Lisboa: McGraw-Hill.
- GIDDENS, Anthony (1990). *Capitalismo e Moderna Teoria Social*. Lisboa: Presença.
- GIDDENS, Anthony (1997). *Sociologia*. Lisboa: Gulbenkian
- GURVITCH, Georges (1977). *Tratado de Sociologia* (1.º vol). São Paulo: Martins Fontes.
- MARÍAS, Julián (1973). *História da Filosofia*. Porto: Sousa e Almeida.
- MARX, Karl (1977). *Contribuição para a Crítica da Economia Política*. Lisboa: Estampa.
- MICHEL, Albin (1998). *Dictionnaire de Sociologie*. Paris: Enciclopaedia Universalis.
- MORIN, Edgar (s.d.). *Sociologia*. Lisboa. Europa-América.
- NUNES, Adérito Sedas (1992). *História dos Factos e das Doutrinas Sociais*. Lisboa: Presença.
- PECHEUX, Michel & FICHANT, Michel (1977). *Sobre a História das Ciências*. Lisboa: Estampa.
- RETO, Luis & LOPES, Albino (1983). "Da Manufactura às Novas Formas de Organização do Trabalho". *Análise Psicológica*, 3/III, pp. 277-294.
- SIMON, Pierre-Henri (s.d.). *História da Sociologia*. Porto: Rés.